

**Colonizador X colonizado:
efeitos de sentido no filme *Velozes e Furiosos 5 – Operação Rio*¹**

Elisangela REDEL²
Franciele MARTINY³

Resumo

O filme *Velozes e Furiosos 5: Operação Rio* tem alcançado grande repercussão mundial. Gravado na cidade do Rio de Janeiro, e estreado em maio de 2011 no Brasil, sob a direção de Justin Lin, a ação mostra que o palco de *A cidade de Deus* continua arquétipo para a indústria de cinema americana. Nesse sentido, objetiva-se analisar, por meio da seleção de uma cena, como a produção do longa-metragem cria efeitos de sentido sobre o Brasil, de um povo marcado pela relação Colonizador x Colonizado, dependente de um sistema neocolonial e submetido às leis ditadas pelos considerados grandes centros culturais, que possuem o poder econômico, social e cultural. Para tanto, o trabalho será norteado pela Análise do Discurso, que leva em consideração as complexas relações entre o discurso, a memória, a língua e os efeitos de sentido, por meio das concepções teóricas de Mussalim e Bentes (2005), Orlandi (2007) e Possenti (2005).

Palavras-chave: Memória discursiva. Efeitos de sentido. Colonizador *versus* colonizado.

Introdução

Desde o seu lançamento, o filme de *Velozes e Furiosos 5: Operação Rio* tem alcançado grande repercussão mundial. Gravado na cidade do Rio de Janeiro, e estreado em seis de maio de 2011 no Brasil, sob a direção de Justin Lin, o longa-metragem, de 130 min., mostra que o palco de *A cidade de Deus* continua caricato para a indústria de cinema americana.

Metonímia do brasileiro, o carioca é representado ora como favelado, ora como policial corrupto, ora traficante ou bandido. Na trama, o ladrão de carros, Dominic Toretto (Vin Diesel), procurado pela polícia, foge com sua gangue para o Rio de Janeiro que, no

¹ Este artigo é parte do trabalho apresentado à disciplina Análise do Discurso, ministrada pela Professora Doutora Luciane Schröder.

² Mestranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: lizaredel@gmail.com.

³ Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: francielemartiny@hotmail.com

filme, é retratada como uma cidade corrupta, sem lei e livre de impunidades, fato este que suscitou uma série de críticas na imprensa.

As cenas ocorrem na favela Dona Marta, onde Toretto, ao fugir da Polícia, é recebido por traficantes armados. Neste percurso, o longa-metragem enfoca, sobretudo, episódios de tiroteios, confrontos, e enaltece a beleza da mulher mulata, o que reproduz o clichê da sensualidade brasileira.

Nesse sentido, realizou-se um recorte de uma cena do referente filme, na qual a cidade do Rio de Janeiro é representada pelo viés da violência, da corrupção e da pobreza.

Trata-se da cena em que o chefe do tráfico do Rio de Janeiro, Hernan Reis, ao tentar estabelecer negócios com dois estrangeiros, também ligados ao tráfico, explica, primeiramente, que, para expandir em seus países suas operações, devem mudar seus métodos de negociação, uma vez que o emprego de métodos muito violentos não é a forma adequada de ampliar seus interesses.

Nesta passagem, Hernan Reis diz que irá contar uma “historinha”. Ele passa a narrar que, há 500 anos, portugueses e espanhóis vieram para o Brasil a fim de tentar conquistar o país dos índios. Os espanhóis chegaram atirando, para mostrar quem mandava, e, por conseguinte, os índios os mataram.

O traficante, assim, explica que prefere o método dos portugueses. Estes chegaram dando presentes aos selvagens, como espelhos, tesouras, “bugigangas”, coisas que os índios não tinham. No entanto, para continuar recebendo estas “regalias”, os índios precisavam trabalhar para os portugueses, sendo este o motivo pelo qual se fala português no Brasil.

Por meio desta breve contextualização “histórica”, o traficante do Rio de Janeiro explica aos seus negociantes que, se agirem por meio da violência, o povo irá reagir, uma vez que não tem nada a perder. Em contraposição, Hernan Reis conta que entra nas favelas e oferece os seus “presentinhos”, como eletricidade, água, escola para as crianças, sendo que, em nome desse anseio pela ascensão social e por uma melhor qualidade de vida, conquistam-nos.

Neste artigo, objetiva-se analisar, por meio deste recorte fílmico, com base na teoria da Análise do Discurso, como a produção do longa-metragem cria efeitos de sentido sobre o Brasil, de um povo ainda marcado pela relação Colonizador x Colonizado, dependente de um sistema neocolonial, submetido às leis ditadas pelos grandes centros culturais, que detém o

poder econômico, social e cultural. Por meio desta análise, é possível depreender as complexidades presentes no discurso, por meio da língua, das relações de sentido e da memória discursiva reproduzida no cinema e demais meios de comunicação sobre a imagem brasileira.

Este discurso, proveniente do período colonial, como explica o chefe do tráfico carioca, portanto, é a reprodução dos valores que o branco europeu demonstrava e/ou demonstra sobre o Brasil, o país colonizado. Trata-se de uma estratégia de construção discursiva que compara e reafirma a valorização do branco europeu diante do povo brasileiro.

Nesse sentido, por intermédio da AD, é possível recuperar a historicidade da linguagem, do discurso em oposição à teoria linguística estruturalista, por exemplo, que visava tão somente o estudo da língua pela língua, desconsiderando os fatores extralinguísticos envolvidos na enunciação.

A imagem ideológica reproduzida no filme, de que o Brasil é uma terra “sem leis”, e dominada pela pobreza, pela criminalidade, pela desigualdade social, pela corrupção e pela dependência cultural, pode ser evidenciada logo no início do filme, pelo destaque conferido às imagens da favela Dona Marta, como evidencia a imagem abaixo:

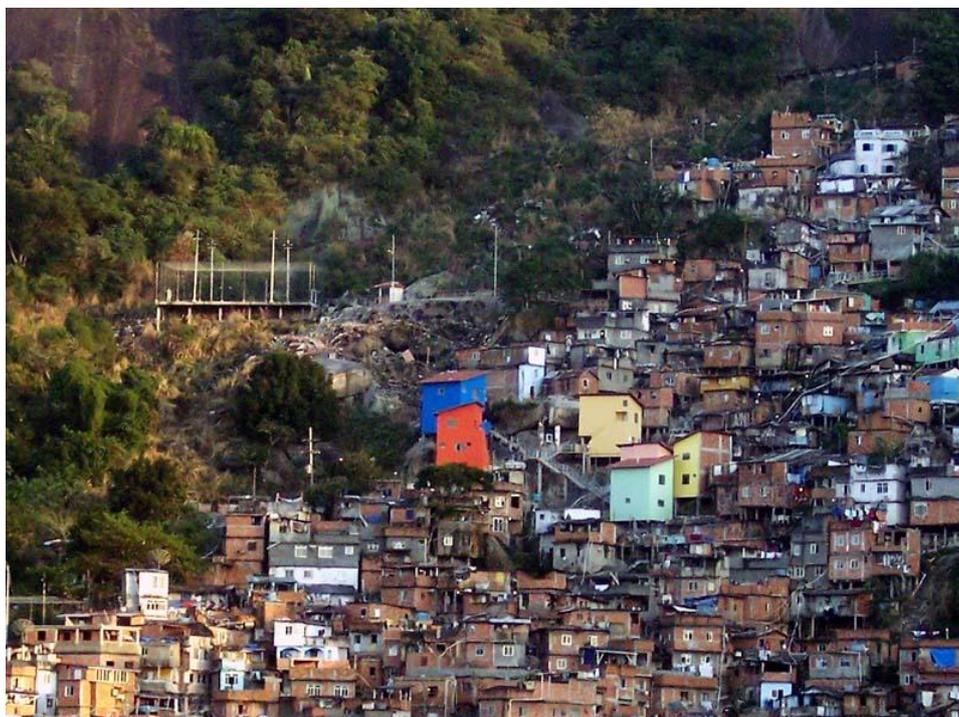


Figura 1: Favela Santa Marta – Rio de Janeiro.

O “silenciar” do discurso: efeitos de poder

Em consonância com Coito (2010), a história e a Cultura, quando descrevem hábitos, costumes e situações diversas do cotidiano com uma ilusória pretensão de crítica, de fato silenciam, por meio de estratégias discursivas, a relação de forças que há na sociedade brasileira, fazendo com que se cristalizem dizeres e que se autorizem poderes.

Segundo Coito (2010), e partindo do pressuposto de que o sujeito é interpelado pela ideologia, seu dizer, por conseguinte, seja na história ou na cultura, é uma prática discursiva que faz recortes para atender o discurso científico autorizado em uma dada época, em um dado lugar, por uma dada formação discursiva, pois

Pelo fato de o sujeito estar no verdadeiro da época e ter sua voz autorizada, faz com que o discurso científico seja tido pela *sociedade discursiva* como o discurso da verdade, o discurso que ocupa o espaço da ação. Dito de outro modo, o discurso científico é aquele que faz recortes dos objetos dos quais se ocupa, faz escolhas teóricas, exclui e cria estratégias. Por isso, o discurso científico se apresenta como um discurso sobreposto ao discurso do saber, o qual, como prática discursiva, repousa no dizer científico apagando-se, e neste apagar-se oculta a(s) ideologia(s) do/no discurso científico, o qual se institui como a única prática discursiva possível, a prática discursiva da verdade. (COITO, 2010, p. 346).

Ainda conforme a autora, o poder no e do discurso científico pode gerar efeitos de poder entre e nos enunciados, os quais se sobreporão aos sujeitos enunciadorees que, na ilusão do dizer, pensam que dizem ao organizarem seus discursos, mas, estrategicamente, silenciam. Isto se explica pelo fato de que

[...] a ciência se institui em um campo do saber, que recorta, exclui e silencia outros dizeres ao fazer uma leitura com pretensão de singularização e objetivação que oculta a(s) ideologia(s), as quais veicula(m) e opaciza(m) identidades que acabam por permanecer na marginalização e discriminação étnica. (COITO, 2010, p. 352)

Para Possenti (2005), a Análise do Discurso (AD) questiona a hipótese de uma língua unívoca, a de um sujeito como unidade controlada pela razão e que fosse bem sucedido em dizer o que quisesse. Além disso, ela não compartilha da ideia de que a sociedade não é uma

conjuntura uniforme, pois são divididas em classes ou em grupos. Ou seja, a AD não aceita que palavras, expressões ou estruturas sintáticas sejam uma garantia de sentido, nem que os autores de outros tempos pudessem ter dito tudo e só o que queriam, bastando conhecê-los e à sua época para decifrar o sentido de um texto (POSSENTI, 2005).

Destarte, ainda conforme Possenti (2005), para a AD haverá uma língua polissêmica, e a de um autor que diz sempre mais, menos ou outra coisa em relação ao que queria dizer, em razão dos efeitos da *ideologia* e do *inconsciente* (grifo nosso).

Desta perspectiva, a relevância do texto provém do fato de ser parte de uma “cadeia”, uma manifestação de um processo discursivo específico. Para a AD, portanto, o texto faz sentido, pois está inserido em uma formação discursiva (FD), em função de uma memória discursiva, do interdiscurso, que o texto retoma e do qual é parte. Em outras palavras, não há propriamente texto, mas sim linearizações materiais de discursos.

Além disso, pode-se observar que, no próprio ato de produção de uma superfície discursiva, a posição de quem anuncia é marcada, não necessariamente e apenas por elementos dêiticos, mas por procedimentos metaenunciativos, produzidos do interior da FD a que o enunciador pertence, e que o condiciona a trabalhar para que a sequência que produz seja uma das que pode e deve dizer.

Questiona-se, no entanto, o que determina essas condições de reprodução social. Recorrendo à Mussalim (2005), pode-se compreender este fenômeno com os estudos de Althusser, segundo o qual as ideologias têm existência material, ou seja, devem ser estudadas não como idéias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Trata-se do materialismo histórico, que dá ênfase à materialidade da existência.

Valendo-se da metáfora marxista do edifício social, na qual a base econômica é chamada de infra-estrutura, e as instâncias político-jurídicas e ideológicas de superestrutura, Althusser defende a necessidade de se considerar que a infra-estrutura determina a superestrutura. Ou seja, que a base econômica é que determina o funcionamento das instâncias político-jurídicas e ideológicas de uma sociedade.

Neste sentido, a ideologia é concebida como uma reprodução do modo de produção. No entanto, como uma ação de “retorno” da superestrutura sobre a infra-estrutura, a ideologia acaba por perpetuar a base econômica que a sustenta. E, se a ideologia deveria ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia

se materializa. A linguagem se constitui enquanto via para apreender o funcionamento da ideologia.

Sob este viés,

O sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso (e aqui reconhecemos a propriedade do conceito lacaniano de sujeito para a AD), a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa. (MUSSALIM, 2001, p. 110)

Destarte, como o estudo do discurso da AD se inscreve num terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito, os estudos de Lacan, sobre um sujeito clivado, dividido, mas estruturado a partir da linguagem, fornece para a AD, como explica Mussalim (2005), uma teoria de sujeito condizente com um de seus interesses centrais, o de conceber os textos como produtos de um trabalho ideológico não-consciente.

Calcada no materialismo histórico, a AD concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social. Desta perspectiva, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia. Ou seja, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso, a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa.

O lugar que o sujeito ocupa são as FDs, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de um lugar social. Assim, uma formação discursiva é marcada por regularidades, ou seja, por regras de formação, concebidas como mecanismos de controle que determinam o que pertence e o que não pertence a uma FD – embora as FDs não sejam fechadas, mas interpeladas umas pelas outras.

Orlandi (2005, p. 20), “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós. Desta maneira, a cultura e a história de um povo afeta a linguagem e seus sentidos”.

Então, é no próprio discurso, na materialidade linguística, que se apresenta a relação intrínseca entre a língua e ideologia, uma vez que não existe sujeito que não esteja inserido

em uma determinada formação ideológica e discursiva, as quais determinam o que o sujeito pode e não pode dizer e em que contextos.

O discurso vigente: o colonizador X colonizado

Abaixo, segue transcrição da fala de Hernan Reis, recorte analisado neste trabalho:

Olha só, eu gostaria de expandir minhas operações para os países de vocês, mas sinceramente, vocês usam métodos muito violentos. Deixa eu contar uma historinha. Há 500 anos, portugueses e espanhóis vieram para cá tentando conquistar o país dos índios. Os espanhóis já chegaram atirando para mostrar quem mandava. Os índios mataram os espanhóis. Pessoalmente, eu prefiro o método dos portugueses. Chegaram dando presentes, espelhos, tesouras, bugigangas, coisas que os índios não tinham. Mas, para continuar recebendo, os índios tinham que continuar trabalhando para os portugueses. E por isso que hoje se fala português no Brasil. Agora, se vocês querem dominar o povo pela violência, o povo vai acabar reagindo, por que não tem nada a perder. Esse é o segredo. Eu entro nas favelas, e dou meus presentinhos, eletricidade, água na torneira, escola para a criançada e, em nome dessa vida melhor, conquisto eles.

A fala de Hernan Reis produz efeitos de sentido, pelo fato de o sujeito ser ideologicamente interpelado na história e na cultura. Ou seja, ao dizer o que diz, seu discurso sofre os efeitos tanto da ideologia, como do inconsciente, por meio dos enunciados reproduzidos na obra fílmica.

A AD leva “em conta o homem e sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua como os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer”. (ORLANDI, 2007, p.16).

Nesse sentido, a fala do chefe do tráfico do Rio de Janeiro se constitui na materialização de discursos, os quais pertencem a uma memória discursiva, a uma ideologia que perpetua de forma discriminatória a imagem do brasileiro, que desde sua colonização é considerado um país em construção e relação estreita com seus colonizadores.

De acordo com Bosi (2005, p. 11),

A colônia é, de início, o objeto de uma cultura, o “outro” em relação à metrópole; em nosso caso, foi a terra ser ocupada, o pau-brasil a ser explorado, a cana-de-açúcar a ser cultivada, o ouro a ser extraído; numa palavra, a matéria prima a ser carregada para o mercado externo.

Ou seja, a relação entre portugueses / espanhóis e o Brasil foi de ocupação, exploração e implantação da cultura europeia enquanto superior aos povos já aqui estabelecidos. Houve, desde o início da colonização do Brasil por portugueses e espanhóis, a imposição de outra língua, outras crenças e de uma hierarquia de poderes, que “legitimou” na história a condição social naturalizada de subordinação e dependência dos índios e dos negros. Nesse sentido, Holanda (1995, p. 49) afirma que

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. [...]

Trata-se, portanto, de uma estratégia de enriquecimento, baseada na exploração das minorias sociais, que tenta se justificar por meio do discurso ideológico das classes dominantes, sobre a inferioridade racial, étnica e cultural de determinados povos. Assim, a necessidade de auto-afirmação da história narrada pelos colonizadores faz com que esse discurso seja reproduzido socialmente, e cristalizado enquanto verdade absoluta, fixada sob as bases da tradição.

É nesta contextualizada que está enraizada a “preguiça” do brasileiro ou, mais precisamente, do indígena. No entanto, a História oficial é deslocada ao atender às classes privilegiadas, e obscurecer o fato de que

Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, *eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil*. O resultado eram incompreensões recíprocas que, de parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante. (HOLANDA, 1995, p. 48)

Em consonância com o autor, este momento histórico/social do Brasil, cujas consequências ressoam aos dias atuais, reproduz uma profunda incompreensão da noção de trabalho e aponta para a tentativa de condensar as culturas às formas hegemônicas, detentoras da pluralidade de raças e identidades.

À luz do contexto histórico, social e cultural, esta ideologia se configura na perversão da imagem do brasileiro, como sujeito passivo e dependente, que continua submisso a um sistema de exploração. Este sistema está ideologicamente enraizado, portanto, no contexto do descobrimento do Brasil, quando da formação de um discurso dominante do colonizador em relação ao colonizado.

Conforme Possenti (2002, p. 195), o discurso presente em uma determinada situação enunciativa remete a discursos anteriores, o que é denominado como interdiscurso. No caso da colonização brasileira, este é um discurso presente na enunciação fílmica que remete a discursos anteriores, como foi verificado no discurso do personagem mencionado.

O índio, primeiro morador das terras brasileiras, na maior parte das vezes é considerado inferior ao branco europeu em termos econômicos, políticos e culturais, passando a submeter-se às ordens do colonizador. Este, o colonizador português, não se valia, em primeiro momento, de métodos violentos como os espanhóis. Ao contrário, conquistou os índios por meio dos “presentinhos”, como citado pelo personagem Hernan Reis.

A partir deste momento crucial da formação sociocultural do Brasil, pode-se dizer que a ideologia Colonizador *versus* Colonizado se consolidou na memória discursiva - que diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos - e se transfigurou, atualmente, em um neocolonialismo, no qual a globalização continua sendo ditada pelos grandes centros dominantes.

Nesta perspectiva, o efeito de sentido nunca é o sentido de uma palavra, mas de uma família de palavras em relação metafórica, que é “historicamente” dada. Conforme aponta Orlandi (2007), as palavras de um determinado discurso remetem a outras cujos sentidos são anteriores pela memória discursiva e pela formação ideológica.

Em diálogo com a teoria de Althusser, o que determina essas condições de reprodução social é a materialização das ideologias, que devem ser estudadas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Em outras palavras, é a base econômica, portanto, que determina o funcionamento das instâncias ideológicas de uma sociedade.

Hernan Reis se define, pelo viés da AD, como o sujeito que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia-se, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras.

A posição destes sujeitos dentro desta formação discursiva, como afirma Orlandi (2007, p. 43), traz limitações sobre o que dizer, conforme sua posição histórico-social. No filme, o posicionamento do colonizador fica demarcado pela sua posição no discurso que retoma o já dito em torno da imagem de país que continua sendo visto como subordinado à metrópole pós-colonial, dependente da economia e cultura importada e reproduzida.

Por tanto, por meio da formação discursiva colonialista, a região do interdiscurso que habita o discurso se materializa linguisticamente evocando e reforçando a memória da colonização e da continuação do poder colonial sobre o Brasil e que o povo brasileiro “vende-se” facilmente pela troca de favores, por meio do famoso “jeitinho brasileiro”. Um discurso que é retomado e evidenciado no filme por meio da enunciação dos atores americanos.

Considerações finais

A análise do recorte do filme *Velozes e Furiosos 5: Operação Rio*, teve por intuito traçar uma breve reflexão sobre como o enunciado de Hernan Reis reproduz a memória ideológica pela qual o Brasil é representado, apenas, por sua dependência econômica, social e cultural, pela corrupção, pela desigualdade, pela pobreza e pela criminalidade, sendo esta a imagem sobre os brasileiros que predomina na Europa. A situação enunciativa mostra como estratégias discursivas tornam a identidade do Brasil estereotipada e homogênea, reproduzindo a imagem do brasileiro como um povo que troca favores em busca de melhores condições de vida.

Para finalizar, em consonância com Coito (2010), tanto a história como a cultura, quando descrevem situações diversas do cotidiano com uma ilusória pretensão de crítica, de fato silenciam, por meio de estratégias discursivas, a relação de forças que há na sociedade brasileira, fazendo com que se cristalizem dizeres.

Assim, com base nos pressupostos da AD, verificou-se como o texto organiza considerando a relação da língua com a história, pois compreender como o texto funciona é compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico e o trabalho da analista, como define Orlandi (2007) é justamente percorrer a via pela qual o discurso se materializa na estruturação do texto, como o discurso se materializa, pois é esse último o objeto de análise.

É neste entorno entre base econômica/material e ideológica que Coito (2010) enfatiza a necessidade de interpretar os fatos, se estes acontecem em redes do saber, ou se elas não estão apenas a serviço da ordem do discurso vigente, da evocação da memória da colonização para reafirmar o poder colonial sobre a colônia.

Referências

- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.
- COITO, Roselene. Leitura (s): da singularidade identitária. In: **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 35 n.59, p. 345-353, jul.-dez., 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/index>>. Acesso em outubro de 2011.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Cristin (orgs). Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos. In: POSSENTI, Sírio. **Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- POSSENTI, Sírio. **Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- VELOZES E FURIOSOS 5**: operação Rio. Justin Lin (Dir.). Brasil: 2011, 1 DVD, 13 min.
- VELOZES E FURIOSOS**: crítica. Disponível em: <<http://cinemacomrapadura.com.br/criticas/202219/velozes-e-furiosos-longa-inaugura-nova-e-positiva-fase-da-franquia/>>. Acesso em 20 de outubro de 2011.